

---

# ***Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do PIAUÍ - SEFAZ***

**(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do  
Piauí – PROFISCO)**

**Informações financeiras em 31 de  
dezembro de 2019 e relatório do auditor independente**



## ***Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras***

Aos Administradores da  
Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí- SEFAZ  
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO)

### **Opinião**

---

Examinamos as informações financeiras do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO (“Programa”), que compreendem a demonstração de investimentos acumulados em 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, expressas em dólares estadunidenses, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, correspondentes ao Programa, executado pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí - SEFAZ, financiado com recursos do contrato de empréstimo nº 4460/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”) e com aportes do Governo do Estado do Piauí.

Em nossa opinião, as informações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os investimentos acumulados do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO, em 31 de dezembro de 2019, e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com a base contábil descrita na Nota 2 às informações financeiras.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos específicos de auditoria do Guia de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa de Operações Financeiras do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações financeiras”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

---

#### **Base de elaboração das informações financeiras e restrição de uso**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 às informações financeiras, que descreve sua base de elaboração. O presente relatório sobre as informações financeiras destina-se apenas a informação e uso da administração Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, não sendo destinado ao uso, nem podendo ser utilizado por outras partes que não expressamente especificadas.



Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí - SEFAZ  
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí– PROFISCO)

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas informações financeiras**

---

A administração do Programa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações financeiras de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descritas na Nota 2 às informações financeiras. Isso inclui determinar que a base contábil de recebimentos e pagamentos é uma base aceitável para a elaboração das informações financeiras nas circunstâncias, assim como para os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de informações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das informações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Programa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das informações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Programa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Programa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das informações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as informações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos específicos de auditoria do Guia de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa de Operações Financeiras do Banco Interamericano de Desenvolvimento sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas informações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos específicos de auditoria do Guia de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa de Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí - SEFAZ  
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí- PROFISCO)

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas informações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Programa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Programa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas informações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Programa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das informações financeiras, inclusive as divulgações e se essas informações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Helena de Petribu Fraga Rocha  
Contador CRC PE-020549/O-6

Demonstração de Investimentos Acumulados  
Em 31 de dezembro de 2019  
Em dólares estadunidenses

Categorias de Investimento conforme contrato		Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2018			Movimento do Exercício 2019			Acumulado do Exercício 2019			Orçamento a Realizar		
		TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL
	Custos Diretos	48.493.000,00	43.428.000,00	5.065.000,00	0,00	0,00	0,00	2.985.984,13	79.163,82	3.065.147,95	2.985.984,13	79.163,82	3.065.147,95	45.427.852,05	40.442.015,87	4.985.836,18
1.1.	Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	22.863.684,00	20.025.184,00	2.838.500,00	0,00	0,00	0,00	1.024.758,61	36.955,82	1.061.714,43	1.024.758,61	36.955,82	1.061.714,43	21.801.969,57	19.000.425,39	2.801.544,18
1.2.	Administração Tributária e Contencioso Fiscal	16.951.999,00	14.855.499,00	2.096.500,00	0,00	0,00	0,00	1.957.415,82	42.208,00	1.999.623,82	1.957.415,82	42.208,00	1.999.623,82	14.952.375,18	12.898.083,18	2.054.292,00
1.3.	Administração Financeira e Gasto Público	8.677.317,00	8.547.317,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	3.809,70	0,00	3.809,70	3.809,70	0,00	3.809,70	8.673.507,30	8.543.507,30	130.000,00
2	Administração do Projeto	507.000,00	507.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.949,85	0,00	2.949,85	2.949,85	0,00	2.949,85	504.050,15	504.050,15	0,00
2.1.	Monitoramento e Avaliação	257.000,00	257.000,00		0,00	0,00	0,00	2.949,85	0,00	2.949,85	2.949,85	0,00	2.949,85	254.050,15	254.050,15	0,00
2.2.	Auditoria	250.000,00	250.000,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00	0,00
														0,00	0,00	0,00
3	Contingência	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
		1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
A	Subtotal	50.000.000,00	44.935.000,00	5.065.000,00	0,00	0,00	0,00	2.988.933,98	79.163,82	3.068.097,80	2.988.933,98	79.163,82	3.068.097,80	46.931.902,20	41.946.066,02	4.985.836,18

	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
<b>RECURSOS RECEBIDOS</b>			
Acumulado no início do exercício	0	0	
Durante o exercício	3.007.150,00	92.492,86	3.099.642,86
. Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo,	3.007.150,00	79.163,83	3.086.313,83
. Rendimentos de aplicação financeira		13.329,03	13.329,03
. Ajuste de Exercícios Anteriores			-
<b>Total de Recursos Recebidos</b>	<b>3.007.150,00</b>	<b>92.492,86</b>	<b>3.099.642,86</b>
<b>DESEMBOLSOS EFETUADOS</b>			
Acumulado no início do exercício	0	0	
Durante o exercício	2.988.933,99	79.163,83	3.068.097,82
. Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID			
. Ajuste de Exercícios Anteriores			
. Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de	2.988.933,99	79.163,83	3.068.097,82
<b>Total Desembolsado</b>	<b>2.988.933,99</b>	<b>79.163,83</b>	<b>3.068.097,82</b>
<b>SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>18.216,01</b>	<b>13.329,03</b>	<b>31.545,04</b>



**ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

**PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PIAUÍ  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4460/OC-BR  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS FINAIS DO PROGRAMA  
PARA O PERÍODO FINDO EM 31.12.2019**

**(Valores expressos em dólares americanos)**

*Sem prejuízo do uso ou da adaptação às circunstâncias das notas julgadas necessárias conforme as sugestões das NICSP - Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público ou NIC/IFRS – Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, a título de ilustração apresentam-se a seguir os assuntos comumente tratados nas notas, sem que estas constituam uma relação exaustiva ou impliquem sua aplicação em todos os casos.*

*Esclarecemos que as Informações financeiras e contábeis são extraídas automaticamente do Sistema SIAFE-PI(Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí).*

**1. Descrição do Projeto:**

**1.1. Objetivo:**

O objetivo geral deste Projeto é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da ( i) modernização da gestão fazendária; (ii) melhoria da administração tributária; e (iii) melhoria da gestão do gasto público.

**1.2. Componente:**

O PRODAF faz parte da Linha de Crédito Condicional (CCLIP), Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO), aprovada pela Diretoria Executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio da Resolução DE-113/17, datada de 08 de dezembro de 2017 e celebração do Contrato Nº 4460/ OC-BR.

O custo total do Programa é de **US\$ 50.000.000,00** (cinquenta milhões de dólares) sendo **US\$ 44.935.000,00** (quarenta e quatro milhões e novecentos e trinta e cinco mil dólares) financiados pelo BID e **US\$ 5.065.000,00** (cinco milhões e sessenta e cinco mil dólares) referentes à contrapartida do Governo do Estado do Piauí.

O Projeto financiará atividades dos seguintes componentes:

**Componente I – Gestão Fazendária e Transparência Fiscal**

Este componente tem como objetivo melhorar o desempenho institucional da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), aumentando a maturidade de seus processos corporativos, e financiará:



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**  
**UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

- (a) Gestão Fazendária aprimorada e orientada para resultados, incluindo: (i) novos procedimentos automatizados para gerenciamento por resultados; (ii) metodologia para gerenciamento de risco em apoio ao planejamento; (iii) implementação do escritório de gerenciamento de projetos integrado ao sistema de investimento público e criação do escritório de gerenciamento de processos; e (iv) atualização do plano estratégico e plano de comunicação da SEFAZ.
- (b) Fortalecimento da gestão de recursos humanos. Serão realizados: (i) novos procedimentos automatizados de gestão de competências em recursos humanos; (ii) programa de capacitação permanente; (iii) novo modelo de gestão do conhecimento; e (iv) implementação de instrumentos para apoiar o comportamento dos funcionários, incluindo manuais processuais e o código de ética.
- (c) Fortalecimento da governança de Tecnologia da Informação(TI), incluindo: (i) atualizar o modelo de gerenciamento de TI; (ii) reprogramação do Sistema de Administração Tributária(SIAT) para adaptá-lo a uma nova plataforma tecnológica de hardware e software da SEFAZ.
- (d) Melhoria das ferramentas de comunicação com a sociedade, por meio de: (i) redesenho de procedimentos de comunicação; (ii) integração do sistema de atendimento por meio da gestão de informação dos vários canais de comunicação; e(iii) programa de educação fiscal expandido.

**Componente II - Administração Tributária e Contenciosa Fiscal**

Este componente tem como objetivo aumentar a eficiência da arrecadação de impostos e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias, e financiará:

- (a) Aprimoramento do modelo de gestão dos instrumentos de apoio à política tributária, incluindo: (i) elaboração do código tributário único e implementação de uma ferramenta de suporte para a consulta; (ii) atualização dos procedimentos para a gestão de benefícios fiscais; e (iii) metodologia para estimar a evasão fiscal.Fortalecimento da fiscalização e da inteligência fiscal, incluindo: (i) metodologia para selecionar os contribuintes a serem auditados; (ii) sistema automatizado de gerenciamento de auditoria; (iii) modernização da infraestrutura física e tecnológica da fiscalização de mercadorias em trânsito; e (iv) ferramentas para mineração de dados (software e banco de dados, etc), tipo BIG DATA e análise de dados.
- (b) Aprimoramento da gestão do contencioso administrativo fiscal, incluindo: (i) revisão e ajuste dos procedimentos de gerenciamento das primeiras e segundas instâncias do processo de cobrança; (ii) integração da ferramenta de processo eletrônico com o Tribunal de Justiça; e (iii) desenvolvimento do portal de consulta com mecanismos de busca de processos, jurisprudência, acordos e atas.
- (c) Melhoria da atenção integral ao contribuinte, incluindo: (i) revisão, ajuste e padronização dos procedimentos de atendimento; e (ii) implementação de um sistema de gerenciamento informatizado que contempla a expansão de serviços virtuais.
- (d) Implementação da arrecadação e cobrança administrativa, por meio de: (i) nova metodologia de cobrança; (ii) sistema automatizado de gestão de crédito; (iii) atualização e automação de receitas não tributárias; e (iv) sistema automatizado de cobrança e coleta de impostos, usando a informação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), integrando-a com o SIAT.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**  
**UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

- (e) Fortalecimento do ambiente de negócios, incluindo: (i) novo sistema de gerenciamento de registro de contribuintes integrado à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e integração do SIAT no sistema da Junta Comercial; (ii) complementação das funcionalidades do SPED referentes aos parâmetros do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); (iii) integração do SIAT no Portal Único de Comércio Exterior para centralização e automação dos pagamentos de impostos; e (iv) simplificação dos procedimentos e sistema de importações feitas por pessoas físicas.

**Componente III - Administração Financeira e Gasto Público.**

Este componente tem como objetivo contribuir para a disciplina fiscal e aumentar a eficiência e eficácia das despesas públicas, e financiará:

- (a) Implantação de um Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP) integrando as ações de planejamento, programação fiscal e formulação de orçamento, incluindo: (i) estratégia de implementação (desenho geral, sequência, instrumentos técnicos e mudanças organizacionais e regulamentares); (ii) MOMP que aborda a programação macrofiscal com projeções fiscais e tetos setoriais; (iii) programação orçamentária com um horizonte plurianual de médio prazo; e (iv) ajustes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE) aos requisitos do MOMP e integração com outros sistemas (dívida, investimento, compras, contratos).
- (b) Aprimoramento da gestão do Tesouro Estadual, incluindo: (i) revisão e ajuste dos procedimentos de tesouraria, integrando-os com procedimentos de contratos públicos; (ii) sistema automatizado de gerenciamento de contratos; (iii) metodologia de gestão de caixa com sistema automatizado desenvolvido no SIAFE; e (iv) integração do Sistema de Gestão de Liquidez Diária (SGOLD) com SIAFE.
- (c) Fortalecimento da gestão de compra e contratação, incluindo: (i) nova política de compras; (ii) revisão e ajuste dos procedimentos de adjudicação; (iii) novo catálogo unificado de produtos para compras estatais; (iv) registro unificado de provedores certificados; (v) padronização dos Termos de Referência (TDR), especificações técnicas, licitações e contratos; (vi) sistema de gestão automatizada de compras integrado com o SIAFE; e (vii) metodologia e sistema para uso de preços de referência com base em informações de documentos fiscais eletrônicos.
- (d) Implantação do modelo de gestão de investimentos públicos, incluindo (i) novos procedimentos e instrumentos para a fase de programação e priorização de investimentos, com um sistema de indicadores para estimar lacunas e necessidades de investimento; (ii) ferramentas e metodologias para a preparação de projetos; e (iii) sistema de gestão física e financeira para apoiar projetos de investimento.
- (e) Fortalecimento do sistema de gestão contábil nos seus aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais, incluindo: (i) revisão e ajuste de contabilidade para as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); sistema de gestão de bens móveis e imóveis integrando suas informações com a contabilidade patrimonial; (iii) automação de reconciliação bancária; e (iv) integração do SIAFE com outros sistemas corporativos do Estado.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**  
**UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

- f) Melhoria da gestão da dívida pública, incluindo: (i) atualização das regras e procedimentos do processo de contratação de passivos financeiros e nova estrutura interna da dívida; (ii) desenvolvimento de estratégia de médio prazo para a gestão da dívida; (iii) sistema automatizado de gestão da dívida integrado com o SIAFE; e (iv) metodologia para gerenciamento de risco fiscal, com ferramentas para identificar, classificar, quantificar e mitigar os principais riscos fiscais.

O Plano de Financiamento se resume na tabela a seguir que distribui os recursos do Empréstimo e da Contrapartida Local por categorias de investimento conforme orçamento vigente contratado.

**Custo e Financiamento (em US\$)**

CATEGORIAS	BANCO	CONTRAPARTIDA	TOTAL	%
<b>A. Custos Diretos</b>	<b>43.428.000,00</b>	<b>5.065.000,00</b>	<b>48.493.000,00</b>	<b>97</b>
<b>AI.</b> Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	20.025.184,00	2.838.500,00	22.863.684,00	45,7
<b>AII.</b> Administração Tributária e Contencioso Fiscal	14.855.499,00	2.096.500,00	16.951.999,00	33,9
<b>AIII.</b> Administração Financeira e Gasto Público	8.547.317,00	130.000,00	8.677.317,00	17,4
<b>B.Administração do Projeto</b>	<b>507.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>507.000,00</b>	<b>1,0</b>
<b>B1.</b> Monitoramento e Avaliação	257.000,00	0,00	257.000,00	0,5
<b>B2.</b> Auditoria	250.000,00	0,00	250.000,00	0,5
<b>C. Contigência</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>2,0</b>
<b>Total</b>	<b>44.935.000,00</b>	<b>5.065.000,00</b>	<b>50.000.000,00</b>	<b>100</b>

**As condições do financiamento contratado são as seguintes:**

Mutuário: **Estado do Piauí**

Fiador: **República Federativa do Brasil**

Executor: **Secretaria de Estado da Fazenda**

Valor do financiamento: **US\$ 44.935.000,00**

Valor da contrapartida local: **US\$ 5.065.000,00**

Valor do Programa: **US\$ 50.000.000,00**

Data da assinatura do contrato: **22 de janeiro de 2019**

Prazo de execução: **05 anos**

Prazo de amortização: **19,5 anos**

Carência: **5,5 anos**

Prazo Total: **25 anos**

Taxa de juros: **Libor semestral + margem de 0,97% ao ano.**



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**  
**UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

## **2 Principais Políticas Contábeis**

### **2.1 Base contábil de recebimentos e pagamentos**

As informações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos recursos e reconhecendo-se as despesas quando estas foram efetivamente pagas. Esta base contábil difere dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, segundo os quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento.

O mutuário (Estado do Piauí) conta com um Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí- SIAFE-PI, onde são registradas originalmente as receitas e despesas do Governo do Estado. A geração de informações específicas realizadas no âmbito do projeto, com emissão de relatórios e quadros em geral, em moeda local e em dólar, é realizada por meio do módulo integrado ao SIAFE-PI, denominado “Projetos”, o qual permite sistematizar os dados e os registros das transações realizadas.

### **2.2 Unidade Monetária**

As informações financeiras do programa foram elaboradas em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares americanos, do recurso recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio da internalização dos recursos. As despesas realizadas são convertidas em dólares americanos com base nessa taxa. Este critério mitiga a ocorrência de ganhos e/ou perdas cambiais. E os recursos de contrapartida são convertidos para dólares pela taxa de câmbio do dia do pagamento da despesa.

### **2.3 Origens dos recursos**

Registrados no exercício o de acordo com os respectivos recebimentos.

### **2.4 Aplicações de recursos**

Os recursos aplicados no Programa são registrados em contas específicas, ao seu valor de custo em reais, quando do seu efetivo pagamento.

### **2.5 Empréstimos**

Em contrapartida dos recursos recebidos é registrado o respectivo passivo, na conta de empréstimo, que é atualizado monetariamente, de acordo com os dispositivos do Contrato de Empréstimo Nº 4460/OC-BR.

### **2.6 Fluxo de Caixa**

As origens e aplicações de recursos, mencionadas nos itens acima, bem como a demonstração dos investimentos do Programa foram elaboradas com base contábil de recebimentos e pagamentos.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**  
**UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

**3 Fundos Disponíveis:**

O saldo final dos recursos, em 31 de dezembro de 2019, estava depositado na seguinte conta bancária do Programa:

<b>Contas</b>		<b>2019 – US\$</b>
Conta bancaria nº 10.555-4 – Ag. 3791-5-Banco do Brasil		0,00
Conta bancária nº 10.559-7 – Ag. 3791-5- Banco do Brasil		18.216,01
Conta bancária nº 10.559-7 – Ag. 3791-5- Banco do Brasil - Rendimentos de Aplicação Financeira		13.329,03
<b>Saldo do Adiantamento</b>		<b>31.545,04</b>

Salienta-se que tanto os rendimentos de aplicações financeiras, como o resultado da variação cambial ativa são transferidos para o Tesouro e concedidos para aporte suplementar de contrapartida. No fim do exercício, US\$ 13.329,03 permaneceu disponível e aplicado na conta bancária do Programa.

Vale ressaltar que os recursos foram aplicados em BB Renda Fixa Curto Prazo Automático Setor Público, que é um fundo de renda fixa curto prazo, indicado para os Governos Estaduais e Municipais, suas Autarquias e Fundações que desejam liquidez e rentabilidade diárias. Para alcançar seus objetivos, o Fundo aplicará seus recursos em cotas de fundos de investimento que apresentam carteira composta, exclusivamente, por títulos públicos federais pré-fixados ou pós-fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Os títulos componentes da carteira deverão ter prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e o prazo médio da carteira deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

**4 Adiantamentos Pendentes de Justificativa**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo pendente de justificativa ao BID é de US\$ 3.007.150,00, e está representado nas seguintes solicitações de desembolso pendentes de tramitação:

	US\$
Solicitação de Desembolso Pendente de Tramitação nº 01	3.007.150,00
<b>Total</b>	<b>3.007.150,00</b>

Conforme mostrado abaixo, o mesmo resultado por itens do Demonstrativo Fluxo de Caixa.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**  
**UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

**Pagamento pendente de justificativa – Por itens no DFC (em US\$)**

<b>FONTE BID</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo Disponível no fim de 2018	0,00
(+) Desembolso BID em 2019	3.007.150,00
<b>Fundo Disponível BID em 2019 (I)</b>	<b>3.007.150,00</b>
<b>Justificativa de Desembolso 2019 (II)</b>	<b>0,00</b>
<b>Saldo Disponível no fim de 2019 (III)</b>	<b>18.216,01</b>
<b>Total (=I-II-III)</b>	<b>2.988.933,99</b>

**5. Adiantamentos e justificativas**

	2019 - US\$
Saldo de adiantamentos no início do exercício	0,00
(-) Adiantamentos legalizados durante o exercício	0,00
(+) Adiantamentos recebidos	3.007.150,00
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do exercício	3.007.150,00

**6. Fundos de Contrapartida Nacional:**

O Governo do Estado do Piauí assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 5.065.000,00, como contrapartida local. Até o final do exercício, o Governo Estadual havia contribuído com a importância de US\$ 79.163,83 (setenta e nove mil, cento e sessenta e três dólares e oitenta e três centavos), correspondentes a aporte local pendentes de justificativa ao BID em 31.12.2019, conforme previsto na cláusula 4.01, das Disposições Especiais.

**7. Aquisição de Bens e Serviços:**

- (a). As aquisições de bens e serviços foram efetuadas com observância às normas do BID e disposições da Lei 8666/93;
- (b). Os bens foram devidamente inventariados;
- (c). Os serviços foram efetivamente prestados.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**  
**UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

**8. Gastos Realizados por Categoria de Inversão:**

Ao final do Exercício, as despesas realizadas e pendentes de prestação de contas, foram:

<b>Categoria de Investimento</b>	<b>BID</b>	<b>LOCAL</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Custos Diretos:</b>			
Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	1.024.758,61	36.955,82	1.061.714,43
Administração Tributária e Contencioso Fiscal	1.957.415,82	42.208,00	1.999.623,82
Administração Financeira e Gasto Público	3.809,70	0	3.809,70
<b>Administração do Projeto</b>			
Monitoramento e Avaliação	2.949,85		2.949,85
<b>TOTAL</b>	<b>2.988.933,99</b>	<b>79.163,83</b>	<b>3.068.097,82</b>

**9. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados:**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>BID</b>	<b>LOCAL</b>	<b>TOTAL</b>
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos).Pendente de justificativa	2.988.933,99	79.163,83	3.068.097,82
Demonstrativo de Investimentos	2.988.933,99	79.163,83	3.068.097,82
Diferença	0	0	0

**10. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (OPS -1), por Categorias de Inversão:**

<b>Categorias de Inversão</b>	<b>Demonstração de Investimentos</b>	<b>LMS-1</b>	<b>Diferença</b>
<b>1. CUSTOS DIRETOS</b>	<b>2.985.984,13</b>	<b>0</b>	<b>2.985.984,13</b>
1.1- Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	1.024.758,61	0	1.024.758,61
1.2- Administração Tributária e Contencioso Fiscal	1.957.415,82	0	1.957.415,82
1.3- Administração Financeira e Gasto Público	3.809,70	0	3.809,70
<b>2. ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO</b>	<b>2.949,85</b>		<b>2.949,85</b>
2.1 Monitoramento e Avaliação	2.949,85		2.949,85
<b>Total</b>	<b>2.988.933,99</b>	<b>0</b>	<b>2.988.933,99</b>

A diferença identificada refere-se aos pagamentos pendentes de justificativas no valor de US\$ 2.988.033,98, cuja Solicitação de Desembolso se encontra ainda aguardando conclusão para a tramitação.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**  
**UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

11. Conciliação do Passivo a Favor do BID entre o montante registrado no campo “Disbursed Amount” do OPS-1 e o registrado no campo “Total de Recursos Recebidos” – Coluna BID da Demonstração de Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Recursos Recebidos conforme Fluxo de Caixa	3.007.150,00
Relatório BID – LMS 1	3.007.150,00
Diferença	0

12. **Contingências:**

Não há evidência de registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos que contra a administração do Programa até a data de seu encerramento ocorrida em 31 de dezembro de 2019.

13. **Eventos Subsequentes:**

Não há evidência de registros de eventos ocorridos entre a data do encerramento do exercício e a data da elaboração das informações financeiras que pudessem afetar a situação financeira do projeto.

**TERESINA/PI, 30 de abril de 2021.**

**GINA LAÍS REIS FERRO QUIRINO**  
**COORD. ADMIN. FIN. DO PRODAF/PROFISCO-PI.**

**CRISTOVAM COLOMBO DOS SANTOS CRUZ**  
**COORDENADOR GERAL DO PRODAF/PROFISCO-PI**

**Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí - SEFAZ**  
**Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO**  
**Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**

**Anexo I - Procedimentos dos auditores independentes aplicados sobre as informações financeiras básicas de 31 de dezembro de 2019**

---

**1. População e amostra dos testes de auditoria**

**a) Critérios de seleção**

O critério de seleção utilizado para a amostra das despesas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi o de relevância dos valores;

**b) Despesas examinadas**

Encontra-se no item 4, deste anexo, a relação das despesas examinadas pela empresa de auditoria.

**c) Cobertura dos testes da empresa de auditoria por Solicitação de Desembolso**

Efetuamos a proporção da materialidade por base de seleção, tomando por base o total de desembolsos, conforme racional apresentado abaixo:

<b>Composição do saldo</b>	<b>Desembolsos incorridos (US\$)</b>	<b>Valores testados (US\$)</b>	<b>Cobertura</b>
Base justificada	-	-	#DIV/o!
Base pendente de justificativa	3.068.098	2.954.941	96%
<b>Total</b>	<b>3.068.098</b>	<b>2.954.941</b>	<b>96%</b>

**2. Procedimentos efetuados pela empresa de auditoria para avaliação do ambiente de controles internos**

Para as atividades de controle interno, foram efetuados os seguintes procedimentos:

- Avaliados os procedimentos de controle manuais ou computadorizados destinados a assegurar a integridade dos lançamentos contábeis.
- Avaliadas as políticas e procedimentos de controles internos definidos pela alta administração, BID e do órgão executor.
- Elaboração detalhada de fluxo da operação, com base em entrevistas, manuais normativos ou descrições de processos.
- Avaliação para os componentes relevantes de cada etapa do fluxo da operação, identificando os controles-chave que podem proporcionar maior satisfação de auditoria, bem como eventuais riscos no processo.
- Testes para todos os controles-chave identificados, com base em amostras tendo como finalidade a obtenção de satisfação de auditoria sobre objetivos tais como: autorização, valor correto, integridade, valorização, exercício certo e existência.

**Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí - SEFAZ**  
**Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO**  
**Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**

**Anexo I - Procedimentos dos auditores independentes aplicados sobre as informações financeiras básicas de 31 de dezembro de 2019**

---

**3. Procedimentos efetuados pela empresa de auditoria para análise dos desembolsos e processos de aquisições**

Para os itens testados, foram efetuados os seguintes procedimentos:

- a. Inspeção a documentação suporte dos desembolsos, atentando para sua descrição de acordo com a natureza do gasto, seu registro e seu arquivamento;
- b. Verificação da taxa de câmbio utilizada para registro dos desembolsos realizados no exercício;
- c. Verificação da existência de pagamentos duplicados de uma fatura ou de um contrato de fornecedores de bens ou serviços;
- d. Verificação se os procedimentos de seleção e contratação de serviços foram efetuados de acordo com os procedimentos previstos no contrato de empréstimo e no regulamento operacional do projeto;
- e. Verificação da inexistência de pagamentos considerados indevidos pelo Banco;
- f. Verificação se as solicitações de desembolso foram elaboradas de acordo com o Guia para preparação de pedidos de desembolso;
- g. Verificação se os cálculos aritméticos das solicitações de desembolso estavam corretos; e
- h. Verificação da não objeção do BID nas autorizações de licitações apresentadas.

**Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí - SEFAZ**  
**Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO**  
**Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**

**Anexo I - Procedimentos dos auditores independentes aplicados sobre as informações financeiras básicas de 31 de dezembro de 2019**

**4. Relação das despesas examinadas pela empresa de auditoria**

**Base pendente de justificativa**

<b>Data</b>	<b>Credor</b>	<b>Processo</b>	<b>Valor (US)</b>
30/08/2019	HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	00660000640/2019-5	914.396,89
06/12/2019	VMI-SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	00660000524/2019-3	856.031,13
25/10/2019	LANLINK SOLUCOES E COMERC. EM INFORMATICA S/A	0061.999.00186/2019-2	462.017,36
05/12/2019	ARVVO TECNOLOGIA, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	00117.000276/2019-07	379.041,77
05/12/2019	ARVVO TECNOLOGIA, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	00117.000276/2019-07	68.596,39
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	00009.008622/2019-14	42.812,34
14/11/2019	ONIX CAPACITACAO PROFISSIONAL	00009.002740/2019-19	25.940,34
14/08/2019	QUICKKS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	006199900152/2019-3	25.386,43
14/08/2019	QUICKKS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	006199900152/2019-3	25.386,43
29/10/2019	QUICKKS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	006199900152/2019-3	25.386,43
04/12/2019	QUICKKS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	006600001697/2018-9	25.386,43
12/12/2019	QUICKKS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	006199900152/2019-3	25.386,43
04/12/2019	CONSTRUTORA R D LTDA	006600006992/2018-3	14.216,40
25/10/2019	LANLINK SOLUCOES E COMERC. EM INFORMATICA S/A	0061.999.00186/2019-2	7.035,80
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	006600005794/2015-0	6.337,40
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	006600005794/2015-0	6.337,40
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	006600005794/2015-0	6.337,40
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	006600005794/2015-0	6.337,40
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	006600005794/2015-0	6.337,40
12/11/2019	ELDERTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	00009.003812/2019-45	6.223,90
12/11/2019	ELDERTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	00009.003812/2019-45	2.369,96
29/11/2019	ELDERTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	00009.003812/2019-45	2.140,23
29/11/2019	ELDERTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	00009.003812/2019-45	2.126,56
21/10/2019	MONEY TURISMO EIRELI-EPP	0004.999.00196/2019-0	1.850,41
12/11/2019	ELDERTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	00009.003812/2019-45	1.690,24
20/08/2019	MONEY TURISMO EIRELI-EPP	000200200020/2019-4	1.228,92
18/12/2019	ELDERTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	00009.003812/2019-45	860,45
20/08/2019	MONEY TURISMO EIRELI-EPP	001200200072/2019-8	851,35
04/12/2019	CONSTRUTORA R D LTDA	006600006992/2018-3	840,75
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	00009.008622/2019-14	686,83
20/08/2019	MONEY TURISMO EIRELI-EPP	001200200069/2019-6	631,28
17/10/2019	TREINAR ON LINE LTDA	006600002775/2019-5	505,84
20/08/2019	MONEY TURISMO EIRELI-EPP	001200200070/2019-9	505,36
28/08/2019	MONEY TURISMO EIRELI-EPP	000200200021/2019-9	464,01
12/12/2019	QUICKKS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	006199900152/2019-3	386,60
14/08/2019	QUICKKS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	006199900152/2019-3	386,59
29/10/2019	QUICKKS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	006199900152/2019-3	386,59
29/10/2019	QUICKKS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	006199900152/2019-3	386,59
04/12/2019	QUICKKS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	006600001697/2018-9	386,59
04/12/2019	CONSTRUTORA R D LTDA	006600001178/2019-0	266,11
02/10/2019	MONEY TURISMO EIRELI-EPP	000499900197/2019-4	247,64
04/12/2019	CONSTRUTORA R D LTDA	006600006992/2018-3	229,30
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	006600005794/2015-0	101,67
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	006600005794/2015-0	101,67
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	006600005794/2015-0	101,67
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	006600005794/2015-0	101,67
30/12/2019	INTELIT PROCESSOS INTEL. LTDA	006600005794/2015-0	101,67
04/12/2019	CONSTRUTORA R D LTDA	006600001178/2019-0	72,58
<b>Total</b>			<b>2.954.940,58</b>